

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	13
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

***5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.*****Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco do aumento do algodão**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia.

**Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco cambial na contratação de operações de compra (importações) e venda (exportações) de moedas, além dos empréstimos contratados atrelados a moedas estrangeiras. As moedas na quais estas transações são transacionadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

**Risco de taxa de juros**

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. RISCOS DO MERCADO*****5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela Companhia, seus objetivos estratégicos e instrumentos***

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, monitorando as oscilações de mercado a fim de evitar impactos significativos em seu resultado.

**Risco do aumento do algodão**

Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado e firma os seus contratos de compra com antecedência junto aos seus fornecedores, pré-fixando os preços de 1/3 da entrega e atrelando o restante a indexadores de mercado como moeda e índices. A fim de evitar prejuízo no processo industrial por falta da matéria-prima, a Companhia mantém estoque estratégico mínimo.

**Risco de moeda**

A fim de mitigar os riscos atrelados a oscilação cambial, a Companhia adota como prática a proteção via HEDGE natural, monitorando constantemente os fluxos monetários de entrada e saída das suas operações internacionais.

**Risco de taxa de juros**

Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



### 5. RISCOS DE MERCADO

*5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos adotada.*

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*



### ***5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes.***

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgados nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10 Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em 2013, o cenário global apresentou uma tímida aceleração com baixo crescimento que teve como fatores preponderantes a modesta recuperação Americana (americana) e uma leve superação da crise europeia incentivada por um Banco Central Europeu mais ativo buscando fortalecer a confiança do consumidor. Vivenciamos no Brasil um ambiente macroeconômico adverso, com crescimento modesto e aumento da taxa de juros como mecanismo de controle da inflação.

Para o Setor Têxtil Brasileiro, o ano foi marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento das vendas no Varejo, impactando diretamente nos volumes de vendas. As importações se mantiveram em patamares inferiores aos observados em um passado recente, devido à influência direta da desvalorização do Real. As exportações do setor continuam enfrentando um cenário muito restritivo para crescimento.

Neste cenário a Companhia focou esforços na recuperação de suas margens operacionais através de projetos de redução de custos e ajustes nos preços a fim de recompor as perdas inflacionárias.

Adicionalmente a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido da Controladora alcançou 3,64% em 2013, com uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 30.812 mil e lucro líquido de R\$ 5.353 mil, apresentando um crescimento de 5,89% e 3,48%, respectivamente, quando comparados com 2012.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i. hipóteses de resgate****“ARTIGO 7º - (...)**

**Parágrafo único** – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.*”

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

De acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em um passado recente o endividamento da empresa apresentou um aumento substancial devido ao plano de investimento na modernização do parque fabril que se iniciou em 2010 e ao aumento dos estoques a fim de adequar o serviço de pronta entrega aos nossos clientes.

Com o encerramento do plano inicial de revitalização em 2012, iniciou-se internamente em 2013 o plano para equilibrar o nível de alavancagem financeira, reduzindo o nível de endividamento líquido da Companhia em R\$ 10.452 mil.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Nos último 3 anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	2013	2012	2011
EBITDA	2,33	2,95	2,69

O avanço do endividamento é resultado do plano de investimentos na modernização do parque fabril que se iniciou a partir de 2010 e o aumento da necessidade de capital giro, via aumento de estoque para melhor atender os nossos clientes na pronta entrega.

**d.** fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social através de linhas subsidiadas para a atividade agrícola e de linhas direcionadas ao exportador.

**e.** fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

**f.** níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

**i.** contratos de empréstimo e financiamento relevantes

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES**

A tabela abaixo apresenta os contratos de empréstimos e financiamentos mais relevantes:

Fonte	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)				
					2009	2010	2011	2012	2013
BDMG	15/06/2010	IMOBILIZADO	4,5% aa	15/06/2020	-	75	74	69	60
BNDES	08/03/2007	IMOBILIZADO	TJLP + 5,5% aa	15/03/2010	1.452	-	-	-	-
BNDES	08/05/2008	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/04/2010	214	-	-	-	-
BNDES	09/06/2008	CAP GIRO	TJLP + 4,8% aa	15/05/2010	561	-	-	-	-
BNDES	30/09/2010	CAP GIRO	7% aa	15/12/2011	-	16.544	-	-	-
BRASESCO	13/07/2007	CAP GIRO	LIBOR + 0,5% aa	20/07/2011	4.481	2.936	-	-	-
BRASESCO	31/07/2009	ALGODÃO	6,75% aa	26/03/2010	798	-	-	-	-
BRASESCO	19/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	16/06/2010	313	-	-	-	-
BRASESCO	17/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	15/07/2010	1.334	-	-	-	-
BRASESCO	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	11/08/2010	482	-	-	-	-
BRASIL	31/07/2008	IMOBILIZADO	EURO + 6,01% aa	22/11/2011	3.770	2.485	-	-	-
BRASIL	31/03/2010	CAP GIRO	TR + 10,942% aa	25/05/2011	-	2.100	-	-	-
BRASIL	28/08/2009	CAP GIRO	VC + 2,15% aa	24/02/2010	1.943	-	-	-	-
BRASIL	30/10/2009	CAP GIRO	TR + 9,93% aa	20/10/2011	7.134	6.000	-	-	-
BRASIL	25/03/2009	CAP GIRO	LIBOR + 7,5% aa	27/03/2012	3.063	1.840	651	-	-
BRASIL	28/07/2010	CAP GIRO	11,25% aa	15/06/2012	-	4.616	-	-	-
DIBENS	28/04/2008	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	28/03/2011	13	-	-	-	-
HSBC	26/09/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 6,7% aa	04/06/2012	3.482	2.222	834	-	-
HSBC	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	1.728	-	-	-
HSBC	30/06/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	30/06/2012	28	-	-	-	-
ITAÚ	26/03/2007	CAP GIRO	103,80% do CDI	17/03/2010	884	-	-	-	-
ITAÚ	10/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/04/2010	1.220	-	-	-	-
ITAÚ	20/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	804	-	-	-	-
ITAÚ	23/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/06/2010	600	-	-	-	-
ITAÚ	29/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	25/06/2010	589	-	-	-	-
ITAÚ	21/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/08/2010	759	-	-	-	-
ITAÚ	24/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/07/2010	253	-	-	-	-
ITAÚ	09/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/05/2010	529	-	-	-	-
ITAÚ	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	12/08/2010	1.154	-	-	-	-
ITAÚ	21/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	785	-	-	-	-
ITAÚ	15/10/2010	ALGODÃO	6,75% aa	13/04/2011	-	4.676	-	-	-
ITAÚ	12/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 1,55% aa	20/01/2012	1.853	1.088	378	-	-
ITAÚ	28/03/2010	CAP GIRO	VC + 3,70% aa	21/03/2011	-	1.714	-	-	-
ITAÚ	23/04/2010	CAP GIRO	LIBOR 4,4% aa	30/03/2015	-	5.070	5.679	4.758	3.272
ITAUTEC	13/04/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	06/01/2012	226	77	16	-	-
SANTANDER	07/11/2010	ALGODÃO	6,75% aa	06/05/2011	-	2.786	-	-	-
SANTANDER	01/07/2010	CAP GIRO	LIBOR + 4,25% aa	16/06/2015	-	5.068	5.689	6.739	3.248
SANTANDER	18/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	14/05/2010	567	-	-	-	-
SANTANDER	25/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	22/04/2010	312	-	-	-	-
ITAÚ	07/01/2008	CAP GIRO	8,50% aa	17/01/2011	7.238	559	-	-	-
ITAÚ	12/03/2008	IMOBILIZADO	7,00% aa	15/03/2016	6.272	5.905	4.507	3.253	2.253
ITAÚ	09/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 2,08% aa	19/01/2012	2.933	1.477	544	-	-
VOTORANTIM	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	840	-	-	-
BRASIL	22/02/2007	IMOBILIZADO	EURO + 1% aa	22/06/2012	2.614	1.456	473	-	-
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,45% aa	05/08/2016	-	1.640	3.259	1.564	1.261
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,2% aa	05/08/2016	-	-	-	1.213	1.050
BRASIL	26/05/2011	IMOBILIZADO	LIBOR+ 3% aa	09/09/2016	-	-	1.302	1.692	1.683
HSBC	07/01/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	14/12/2015	-	-	570	402	308
SANTANDER	28/04/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 4,25% aa	03/01/2013	-	-	789	223	-
HSBC	27/05/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	21/05/2016	-	-	2.296	1.885	1.544
ITAÚ	30/08/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/06/2012	-	-	4.740	-	-
BRASESCO	28/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	1.104	-	-
BRASIL	29/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	1.157	-	-
HSBC	22/11/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/07/2012	-	-	1.781	-	-
SANTANDER	23/12/2011	EXIM	9% aa	17/06/2013	-	-	6.012	-	-
BRASESCO	25/11/2011	EXIM	9% aa	15/05/2013	-	-	5.140	6.667	-
BRASIL	26/01/2011	CAP GIRO	IRP + 11,445% aa	26/12/2012	-	-	1.958	-	-
BRASIL	14/03/2011	CAP GIRO	IRP + 12,264% aa	14/02/2013	-	-	2.223	-	-
BRASIL	11/05/2011	CAP GIRO	IRP + 12,291% aa	29/04/2013	-	-	1.304	-	-
SANTANDER	16/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5% aa	15/01/2016	-	-	6.703	7.317	5.989
HSBC	14/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,5% aa	18/01/2016	-	-	4.779	5.216	4.269
SANTANDER	29/03/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5,1% aa	25/02/2016	-	-	5.868	4.718	5.103
HSBC	26/05/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,8% aa	26/04/2016	-	-	5.095	4.323	3.541
BRASIL	14/07/2011	CAP GIRO	VC + 2,42% aa	06/07/2012	-	-	1.897	-	-
VOTORANTIM	21/10/2011	CAP GIRO	TJLP + 7,89% aa	15/10/2014	-	-	6.143	-	-
SANTANDER	DIVERSAS	VENDOR	12,68% aa	DIVERSAS	-	-	4.118	184	-
ITAÚ	06/09/2012	ALGODÃO	5,5% aa	26/04/2013	-	-	-	1.321	-
ITAÚ	08/08/2012	ALGODÃO	5,5% aa	05/04/2013	-	-	-	1.078	-
ITAÚ	19/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	1.297	-
HSBC	11/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	29/05/2013	-	-	-	1.012	-
HSBC	06/12/2012	ALGODÃO	5,5% aa	27/07/2013	-	-	-	1.004	-
BRASIL	31/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	22/06/2013	-	-	-	1.580	-
SANTANDER	17/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	07/06/2013	-	-	-	1.413	-
SANTANDER	29/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	1.421	-
BRASIL	29/05/2012	IMOBILIZADO	EURIBOR + 2,75% aa	14/05/2015	-	-	-	2.976	2.685
BRASESCO	13/09/2012	IMOBILIZADO	5,5% aa	16/07/2018	-	-	-	113	93
ITAÚ	03/12/2012	CAP GIRO	CDI + 2% aa	04/12/2017	-	-	-	25.166	25.215
SANTANDER	13/12/2012	IMOBILIZADO	2,5% aa	16/11/2017	-	-	-	47	41
ITAÚ	24/05/2013	ALGODÃO	5,5% aa	17/01/2014	-	-	-	-	1.866
BRASESCO	17/09/2013	ALGODÃO	5,5% aa	13/09/2014	-	-	-	-	1.203
BRASESCO	28/10/2013	ALGODÃO	5,5% aa	25/09/2014	-	-	-	-	818
BRASIL	01/10/2013	ALGODÃO	5,5% aa	29/05/2014	-	-	-	-	595
HSBC	06/12/2013	ALGODÃO	5,5% aa	01/08/2014	-	-	-	-	1.287
VOTORANTIM	03/09/2013	CAP GIRO	8% aa	15/09/2015	-	-	-	-	5.016



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de conta corrente e transferência bancária e contratos de prestação de garantias, etc.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

- iv. **comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia possuía dois contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram devidamente cumpridos em 2013.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Ativo Circulante** – Aumento na ordem de 7,38%, principalmente em virtude de:

Estoques: Aumento de 13,66% em relação ao ano de 2012 em decorrência retração mercado e estratégia industrial na aquisição de matéria-prima.

**Ativo Não Circulante** – Redução de 9,52%, principalmente em virtude de:

Impostos a recuperar (redução de 48,73%) e Depósitos judiciais (redução de 69,79%: Reversão conforme acordo do crédito de ICMS em controverso (litígio com a Fazenda Estadual) no valor de R\$ 3.916 mil e levantamento do depósito judicial a favor da Companhia.

**Passivo Circulante** – Aumento da ordem de 32,94%, principalmente em virtude de:

Fornecedores: Aumento de 89,79% referente aquisição de máquinas e equipamentos para o projeto nova Caldeira.

Empréstimos e financiamentos: Aumento da ordem de 27,67% referente a migração de financiamentos de longo prazo para curto prazo.

**Passivo Não Circulante** - Redução da ordem de 23,40%, principalmente em virtude de:

Empréstimos e financiamentos: Redução de 33,50% em decorrência de pagamento da dívida.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.2 Os diretores devem comentar****a.** resultados das operações do emissor, em especial:**i.** descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta principalmente pela venda de tecidos 100% algodão e de tecidos com composições diversas

**ii.** fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As vendas físicas da Companhia em 2013 consolidaram 23.606 mil metros lineares de tecidos, representando uma queda de 6,6% frente à registrada em 2012. A redução das vendas foi mais acentuada no Mercado Externo, reflexo da conjuntura global, onde registramos um volume 17,18% a menor quando comparado com 2012, enquanto no Mercado Interno observa-se uma redução de 3,45%.

Entretanto, ressalta-se que os reajustes de preços realizados ao longo do ano de 2013 compensaram parcialmente o efeito da queda da Receita Líquida que registrou uma redução de 1,67% na análise comparativa com 2012.

**b.** variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida em 2013 totalizou R\$ 189.468 mil, representando uma redução de 1,67% frente 2012. O principal vetor que impactou esta redução foi o volume de venda que ficou em -6,6% abaixo do observado em 2012 em ambos os mercados atendidos pela Companhia. O mercado nacional devido a desaceleração do ritmo de crescimento das vendas do varejo apresentou retração de -3,5%. Por sua vez a Exportação da Companhia sofreu um impacto de -17,2%, gerado pelo cenário macro econômico mundial que tem apresentado nos últimos anos um cenário restritivo para o crescimento. A companhia focou esforços na recuperação de suas margens operacionais através de projetos de redução de custos e ajustes nos preços para recompor as perdas inflacionárias.

**c.** impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A companhia tem focado seus esforços em projetos de redução de custos, seja via engenharia de produto, seja via negociação de contratos a fim de compensar os reajustes de alguns insumos que são representativos na sua estrutura de custos. Estes projetos têm gerado resultados positivos visto que os custos unitários apurados em 2013 reduziram -1,6% quando comparado com 2012, ou seja, valores ainda abaixo da inflação apurada no período.

Operacionalmente pode-se afirmar que o negócio sofre baixa exposição cambial, uma vez que as exportações geradas pela Companhia superam a sua necessidade de importação, favorecendo o hedge natural. Além disto, ressalta-se que os principais produtos adquiridos pela empresa são nacionais.

Entretanto, sob a ótica do resultado financeiro destaca-se que há contratos de financiamentos e empréstimos atrelados a moeda estrangeira, sendo este o principal vetor da apuração da variação cambial que impacta o

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

resultado líquido da Companhia. Estes contratos são mensurados pelo valor justo seguindo as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram ajustadas ao IFRS, apresentando assim um efeito contábil, porém não apresenta riscos atrelados a liquidez do caixa.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*



**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional (Não se aplica).
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária (Não se aplica).
- c. eventos ou operações não usuais (Não se aplica)

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.4 Os Diretores devem comentar sobre:**

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não há ressalvas nem limitações de escopo no parecer auditor independente. Os parágrafos de ênfase se referem a:

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia Industrial Cataguases, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência das reclassificações efetuadas pela Companhia, os valores correspondentes do balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro). Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b) Capital Social

Ações ordinárias: são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais: o capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 10% (dez por cento) maiores que os pagos as ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições financeiras, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

**e) Imobilizado****i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii) *Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii) *Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	18,2
Máquinas e equipamentos	11,1
Instalações	11,1
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

g) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013.

ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Para fins de classificação dos ativos e *passivos* em contingentes ou não, a NPC 22 usa os termos *provável*, *possível* e *remota* com os seguintes conceitos:

*Provável* - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.

*Possível* - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.

*Remota* - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

k) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**m) Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2013 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

o) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

q) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

r) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

s) Instrumentos financeiros

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

*i) Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

*ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*iii) Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

iv) *Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros*

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

v) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

vi) *Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro*

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando estruturar a coordenação interna e equipe para acompanhar e absorver a metodologia de gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações de materialidade não relevante para o valor e capacidade de pagamento da companhia e está sendo acompanhado pela administração.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :**

- a.** comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia

- b.** comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

- c.** comentários sobre tais desvios

Não se aplica.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - i. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - ii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii. Comentários sobre contratos de construção não terminada
  - iv. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (Não se aplica).

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.